

O ESTADO ARRECADA R\$ 1 BILHÃO A MAIS POR ANO, A CADA 100 AUDITORES-FISCAIS NOMEADOS.

AUDITOR-FISCAL RECEITA para sair da crise

www.afisvec.org.br

@afisvec

AFISVEC Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual - RS



TALINE OPPITZ

taline@correiodopovo.com.br

Peças se mexem no tabuleiro

A menos de um ano das eleições de 2018 e com pré-candidatos já oficializados na corrida pelo Piratini, como Jairo Jorge, do PDT, Eduardo Leite, do PSDB, e Mateus Bandeira, do Novo, o mapa eleitoral no Rio Grande do Sul tem algumas peças importantes ainda indefinidas. A tentativa de reeleição de José Ivo Sartori, do PMDB, é considerada certa apesar das negativas públicas do governador. No PP, tradicionalmente assediado para compor alianças, o deputado federal Luís Carlos Heinze colocou o nome à disposição e articula internamente para ser o candidato. No PT, com a negativa de Tarso Genro, em função principalmente de questões pessoais, Miguel Rossetto passou a ser o nome mais lembrado. Recentemente, no entanto, manifestação do PC do B movimentou os bastidores. O partido anunciou a intenção de, pela primeira vez, tentar o protagonismo ao governo do Estado. As cotadas são Abigail Pereira e a deputada estadual Manuela d'Ávila, também citada como alternativa pela cúpula nacional do PC do B para disputar o Planalto. A manifestação gerou reação em setores importantes do PT, que não querem embarcar na candidatura de Rossetto. A avaliação é a de que chegou a hora de o partido adotar a postura inédita de abrir mão da cabeça de chapa e de que Manuela é a melhor alternativa para comandar uma espécie de frente de esquerda no Estado.

GUSTAVO MACHADO / DIVULGAÇÃO / CP

Gincana

Pré-candidato do PSDB ao Piratini, Eduardo Leite está em uma gincana, dividindo a agenda entre o mestrado em gestão pública, que faz em São Paulo, e os contatos visando alianças



para a eleição de 2018. Nesta semana, em Porto Alegre, Leite participou de encontros com os deputados estaduais Any Ortiz, do PPS, e João Reinel, do PV, o presidente do PR gaúcho, Giovanni Cherini e líderes do partido; o vereador Wambert Di Lorenzo, do Pros, e de reunião com a bancada do PTB na Assembleia. Leite tem sustentado que importante é o projeto, não o candidato, mas está fardado. "Se acharem que sou a pessoa certa para liderar esta caminhada, estou pronto para o desafio e não tenho medo dele".

Governo quita folha de celetistas

O governo do Estado quita hoje, integralmente, a folha dos salários dos funcionários vinculados às fundações, que totaliza R\$ 25 milhões. São cerca de 5,2 mil contratos regidos pela CLT que recebem seus vencimentos no segundo dia útil. Na última terça-feira, receberam os servidores vinculados ao Executivo com vencimentos líquidos de até R\$ 2 mil. O próximo depósito, para servidores com vencimentos líquidos de até R\$ 5 mil, será feito até o dia 10.

Mais R\$ 150,00

Os servidores de Porto Alegre, que também enfrentam atrasos, recebem hoje a segunda parcela dos salários. Serão pagos R\$ 150,00 por matrícula. O primeiro depósito foi de R\$ 1,9 mil. A previsão para quitação da folha está mantida para 14 de novembro.

'Sopa de letrinhas' e 'maior fraude'

Ex-vice prefeito de Porto Alegre e candidato derrotado em 2014, Sebastião Melo afirmou que a reforma administrativa proposta pelo governo Nelson Marchezan Júnior é "uma sopa de letrinhas" e classificou o banco de talentos lançado pelo tucano como a "maior fraude" que já viu na vida.

APARTES

■ O recurso da defesa de Eduardo Cunha à sentença do juiz Sérgio Moro, que condenou o peemedebista a 15 anos de prisão, será julgado no dia 21 pelo Tribunal Regional Federal da 4ª região, em Porto Alegre.

■ O ex-procurador-geral da República Janot estreou no Twitter. "Saúdo todas as tribos do Twitter. Acompanharei aqui a luta de todos nós contra a corrupção no Brasil e em nossos vizinhos da América Latina". E emendou: "Este é o meu perfil oficial. Antes que perguntem, já respondo: não sou candidato a nenhum cargo eletivo. Sigo com a agenda anticorrupção".

CAIXA 2

Aloysio Nunes admite ter pedido verba à Odebrecht

ANTÔNIO CRUZ / AG. BRASIL / CP



Tucano nega que verba seja caixa 2

Ministro das Relações Exteriores, do PSDB, disse em depoimento que solicitou recursos para campanha em 2010

O ministro de Relações Exteriores do governo Michel Temer, Aloysio Nunes (PSDB), admitiu em depoimento à Polícia Federal ter solicitado recursos à Odebrecht para sua campanha ao Senado em 2010, mas negou o recebimento por meio de caixa 2. Ele confirmou ainda encontro com um delator da empresa quando era secretário estadual em São Paulo, porém negou ter pedido qualquer vantagem na ocasião. Aloysio Nunes negociou com executivos da Odebrecht alterações no contrato do Rodonel quando era secretário na gestão de José Serra (PSDB).

O depoimento de Aloysio Nunes, ocorrido em 3 de maio deste ano em Brasília, veio à tona ontem após a Folha de S.Paulo publicar que a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, afirmou em petição ao Supremo Tribunal Federal ser "fato incontroverso" que o tucano recebeu R\$ 500 mil da Odebrecht e que não foram declarados à Justiça Eleitoral. Em relatório de investi-

gação enviado ao STF, Dodge disse, no entanto, que ainda falta apurar a origem dos recursos e a finalidade do repasse, o que é fundamental para saber se houve corrupção no episódio ou somente caixa 2.

Aloysio Nunes é investigado desde março por supostamente ter recebido propina para interceder a favor da Odebrecht em contratações da Dersa, estatal paulista responsável por obras rodoviárias no estado. O relator do caso no STF é o ministro Gilmar Mendes.

Aloysio Nunes nega a suspeita e diz que as doações que recebeu em 2010 não tiveram como contrapartida qualquer ato for-

mal ou favor prestado à construtora. Em nota, ele disse que Dodge "erra gravemente" em seu parecer, acrescentando que os delatores da Odebrecht "não foram capazes de esclarecer quem pagou, nem onde, nem muito menos quem recebeu os recursos". Ele diz que a investigação é "bem-vinda" para afastar qualquer dúvida em relação à "correção" da prestação de contas da campanha, aprovada pela Justiça Eleitoral.

No parecer enviado ao STF, Raquel Dodge pede a continuidade das investigações com novo depoimento de Aloysio e de Carlos Armando Paschoal, executivo da Odebrecht que delatou o ministro em acordo de colaboração premiada.

Na delação, Paschoal disse que foi o próprio Aloysio quem lhe pediu doações em 2010 para a campanha. Na Odebrecht, o executivo conseguiu obter R\$ 500 mil, que teriam sido repassados em duas parcelas de R\$ 250 mil num hotel da zona sul de São Paulo indicados por um "representante" do ministro. Dodge também quer descobrir quem foi o intermediário de Aloysio no recebimento do dinheiro. A Polícia Federal deverá ouvir ainda Rubens Rizek, coordenador financeiro da campanha, para esclarecer a origem dos recursos e circunstâncias do repasse.

REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL

Ajuris vê risco de perda de autonomia

O presidente da Ajuris e dirigente da União Gaúcha em defesa da Previdência, Gilberto Schäfer, revelou ontem que a entidade observa com "grande apreensão e profunda preocupação" as iniciativas do governo do Estado relacionadas com a tentativa de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal do governo federal.

"A Ajuris vê com grande apreensão e profunda preocupação os encaminhamentos do Executivo para participar deste processo. Sobretudo, porque não estão sendo considerados os créditos da Lei Kandir. Somos credores de vultosa quantia e o Estado, na frágil condição financeira em que se encontra, não pode abrir mão de negociar o recebimento destes recursos quando discute a dívida com a União", argumentou o presidente da Ajuris.

A adesão ao regime tem sido tratada como prioridade pela administração Sartori, mas enfrenta dificuldade em materializar-se porque o governo não consegue obter autorização do Legislativo para privatizar estatais,

condição indispensável para que a União seja avalista de financiamento. O governo sustenta que, com recursos oriundos da negociação e com a obtenção de carência para o pagamento da dívida com a União, poderá equilibrar suas contas e colocar salários de servidores em dia.

Críticos ao regime elaborado pelo Ministério da Fazenda argumentam que o patrimônio público seria liquidado injustifi-

cadamente, além de resultar em ampliação significativa da montante devido. Schäfer acrescenta como ponto negativo a lista de contrapartidas constantes no texto do eventual acordo proposto pelo governo Michel Temer, às quais os Estados precisam aceitar para obter a adesão, dizendo que existem excessos que colocam em risco a autonomia administrativa, orçamentária e financeira do RS.

JOICE PROEMÇA / DIVULGAÇÃO / CP



'Estado é credor de vultosa quantia da Lei Kandir', afirma Gilberto Schäfer